



Florestan Fernandes e os estudos sobre o dilema racial brasileiro

Wellington Pascoal de Mendonça

1º Semestre/2013

Introdução

Para Arruda, “revisitar idéias [...] pode ser bom princípio para compreender problemas cruciais de uma cultura” (2004, p. 107). Tendo por mote essa breve passagem, abordaremos no presente trabalho, por um lado, aspectos gerais da Sociologia de Florestan Fernandes e, nesse mesmo sentido, algo sobre sua proposta de fazer da Sociologia uma disciplina científica e, por outro, seus estudos concernentes à questão racial.

A despeito da atualidade dos temas do preconceito e da discriminação raciais, o leitor deve se ater ao fato de que este trabalho tratará das obras, bem como das discussões trazidas ao debate pelo sociólogo paulista em meados do século XX,¹ as quais podemos, de certo modo, enquadrar aos estudos produzidos entre os decênios de 1930 e 1940 pelos chamados “intérpretes do Brasil”: Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior. Nesse sentido, antes de passarmos às contribuições de Florestan Fernandes, realizaremos uma breve exposição acerca das obras de maior repercussão daqueles autores. Após, pensando na proposta de Florestan Fernandes, analisaremos o período inicial de formação e desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil sob o ponto de vista da criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – USP, sobretudo suas perspectivas acerca da (re)interpretação do passado e do desenvolvimento ulterior do país. Nesse ínterim, privilegiaremos os estudos acerca das populações negra e mestiça, nos quais Florestan Fernandes contesta a existência da democracia racial e, em consonância a isso, que haveria um convívio harmonioso entre os grupos étnicos que compõem a sociedade. Ao refutar essas formulações, o autor reorienta a questão, colocando-a sob uma perspectiva diversa, qual seja: do dilema racial brasileiro, cuja gênese estaria na sobreposição de estruturas arcaicas e modernas que privilegiou o elemento branco em detrimento das populações negra e mestiça (Fernandes, [1972] 2007)².

¹ Tratava-se, portanto, de um contexto político, social, econômico e cultural diverso, no qual as estruturas sociais guardavam especificidades inerentes aquele período. Não se trata, contudo, de negar a validade de suas discussões, apenas de apreendê-las a partir das teorias e conceitos vigentes à época.

² Tendo em vista a extensão e diversidade das obras produzidas pelos autores em questão e, ainda, os trabalhos posteriores que as analisaram, retomaremos apenas aqueles que julgamos representativos para os propósitos e alcance deste trabalho.



Os intérpretes do Brasil e o ensaísmo

Até pelo menos meados do século passado, os principais esforços empreendidos pelos estudos concernentes ao país estavam voltados para o entendimento dos processos constitutivos da formação da sociedade brasileira, seja do ponto de vista social, econômico ou político. Posto que estávamos, por um lado, diante de um momento de inquietações e mudanças, no qual o sistema oligárquico tornava-se cada vez menos presente e, por outro, mantínhamos uma realidade de um país atrasado, diversos autores percorreram os meandros de nossa formação com vistas a compreender o nosso destino histórico. O objetivo era entender o modo pelo qual nos constituímos enquanto nação e o peso de nosso passado para a conformação do futuro.

Na ânsia de encontrar respostas às inquietações que emergiam devido à nossa singular situação, alguns nomes se destacaram por terem produzido obras ímpares na tradição do pensamento social brasileiro. *Casa-grande & Senzala* ([1933] 2003), de Gilberto Freyre, foi uma delas. Em contraposição à visão de autores conservadores da década de 1920, como Oliveira Vianna e Azevedo Amaral, Freyre enxerga a mestiçagem não como um processo de mistura de raças, mas de interação social e cultural. Na visão do autor, a miscigenação, que começara já em Portugal, contribuiu positivamente para a formação de nossa nacionalidade. Como bem nota Araújo (1994, p. 28),

distinguindo raça de cultura e por isto valorizando em pé de igualdade as contribuições do negro, do português e – em menor escala – do índio, nosso autor ganha forças não só para superar o racismo que vinha ordenando significativamente a produção intelectual brasileira, mas também, para tentar construir uma nova versão da identidade nacional, em que a obsessão com o progresso e com a razão, com a integração do país na marcha da civilização, fosse até certo ponto substituída por uma interpretação que desse alguma atenção à híbrida e singular articulação de tradições que aqui se verificou.

Sobretudo o papel do negro é ressaltado por Freyre, como fica bem claro na clássica passagem: “Todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo – há muita gente de jenipapo ou mancha mongólica pelo Brasil – a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena ou do negro” ([1933] 2003, p. 367). Aliás, há momentos em que o autor sugere até mesmo a superioridade do negro frente ao português:

Idéia extravagante para os meios ortodoxos e oficiais do Brasil, essa do negro superior ao indígena e até ao português, em vários aspectos de



cultura material e moral. Superior em capacidade técnica e artística. ([1933] 2003, p. 368).

Freyre reconhece, portanto, a influência dos negros e dos índios para a formação da sociedade brasileira. No entanto, duras críticas foram direcionadas à sua obra por alegarem que ao mesmo tempo em que se afasta do racismo, tão peculiar à literatura que o antecede, o autor caminhou para o extremo oposto ao criar uma imagem quase idílica da nossa sociedade colonial ocultando, assim, a exploração, os conflitos e a discriminação imposta pelo sistema escravista.

É importante ressaltar, como lembra Piva (2000, p. 17), que entre os autores de peso do período, Freyre talvez seja o único que “não se preocupa com o futuro brasileiro”. Dito de maneira diversa, ele tinha por objetivo entrar nos meandros da alma e da personalidade brasileira, formadas durante a colonização, sem que isto oferecesse uma base sólida para assentar qualquer diagnóstico do futuro.

Diferentemente dele, Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil* ([1936] 1994), produz uma análise que “está voltado ao presente e atento ao futuro”, para usar as palavras de Candido (1994, p. 23). O autor aponta o peso da formação ibérica e o decorrente predomínio da vida rural, dos laços patrimonialistas e particularistas em lugar das normas e da racionalidade das relações sociais. Num ambiente como esse, o “homem cordial” surgiria como o “tipo ideal” da formação rural e política do Brasil. O predomínio dos sentimentos de afetividade com conotação familiar, mesmo diante de círculos públicos, e a ausência da impessoalidade encontrariam solo fértil entre nós figurando, mesmo, como o núcleo de nosso atraso. Qualquer tipo de associação seria instável, justamente porque ela seria o resultado de uma união que fora fruto de laços afetivos entre particulares e não uma associação produzida com o intuito de se alcançar um bem maior. Assim, “a democracia no Brasil [... seria] um lamentável mal-entendido” ([1936] 1994, p. 160), pois o fundamento que está nela implícita, a da imparcialidade, inexistiria entre nós. E, portanto, os valores existentes em nossa sociedade eram totalmente incompatíveis com o processo de modernização. Somente com o enfraquecimento do patriarcalismo e do personalismo é que a democracia e a modernização se tornariam, de fato, viáveis em nossas terras.

Por sua vez, Caio Prado Júnior, em *Formação do Brasil Contemporâneo* ([1942] 1996), interpreta a formação da sociedade brasileira como parte do antigo sistema colonial. Partindo da categoria de “sentido da colonização”, o autor argumenta que o Brasil, enquanto colônia de exploração, nada mais era do que uma pequena parte de um todo muito maior – o processo de expansão comercial portuguesa. Dado esse “sentido”, estabeleceu-se um



sistema de produção baseado na monocultura latifundiária e na mão de obra escrava voltado à exportação que produziram efeitos deletérios sobre a formação da sociedade brasileira, seja do ponto de vista social, ao acentuar a diferença entre senhores e escravos – com os últimos em uma situação fortemente adversa -, seja do ponto de vista cultural, pois, ao arrancar estes últimos de seu meio e incluí-los numa civilização inteiramente estranha, nada mais se poderia esperar do que o homem reduzido à sua animalidade, um “instrumento vivo de trabalho”. Dessa forma, em oposição a Gilberto Freyre, na perspectiva de Caio Prado Júnior a contribuição do escravo negro para a formação da sociedade brasileira seria quase nula.

Como aponta Ianni (1993; 1994), os autores do período tinham como objetivo básico “resolver os impasses da não-contemporaneidade”, “ultrapassar o descompasso”, “colocar-se no tempo do seu tempo, em dia com a história codificada pelas nações mais avançadas, predominantes” (1993, p. 430). Vemos, pois, que as preocupações de nossa produção intelectual abarcavam tanto as questões inerentes à cultura quanto aquelas que diziam respeito à estrutura socioeconômica.

Em contraponto a essa linha argumentativa, Botelho (2010) sustenta que apesar de os “ensaísmos de interpretação do Brasil” compartilharem diversas características comuns, não podemos colocá-los sob a mesma rubrica. Na visão do autor, “o ensaísmo não expressa a organização e a atuação de um grupo de indivíduos/autores com interesses coletivos comuns programáticos e deliberados, a despeito de seus conflitos e disputas internas” (2010, p. 48). O fato de pertencerem a uma mesma época não confere automaticamente unidade a eles. Na melhor das hipóteses, o que poderia ser feito, é apenas um movimento analítico de atribuição.

Ciente desse embate – se é possível atribuir uma unidade ou não às obras desse período – uma coisa é certa: grande parte delas podem ser consideradas obras que, em certo sentido, “inventaram o Brasil” (Cardoso, 1993) e que são constantemente retomadas contemporaneamente, seja para a formulação de novas proposições sobre o país, seja para recusar a validade de suas conclusões.

A Escola Paulista de Sociologia

Tanto os estudos empreendidos por Florestan Fernandes quanto aqueles produzidos pelos pesquisadores que se reuniram em torno da cadeira de Sociologia I da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – USP podem ser pensados em relação aos desenvolvidos pelos



chamados “ensaístas de interpretação do Brasil”, uma vez que orientavam-se pelos temas da formação e da transformação da sociedade brasileira.³ Não obstante, e a despeito do interesse temático, os trabalhos produzidos sob a orientação de Florestan Fernandes distinguiam-se dos anteriores devido à sua metodologia e ao seu caráter científico. Segundo Arruda (1998), os sociólogos reunidos em torno da cadeira de Sociologia I da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – USP apresentavam algumas características particulares e, assim, podia-se falar de um novo paradigma do pensamento sociológico brasileiro. Além disso, havia um processo de produção semelhante, que se orientava pela formação acadêmico-universitária e também pela investigação articulada que, em certa medida, era uma novidade no país⁴.

Outro aspecto distintivo do sociólogo paulista relaciona-se à sua passagem pela Escola Livre de Sociologia e Política. O fato de ter realizado seu mestrado nessa instituição e, portanto, de ter tido contato com pesquisadores que se orientavam teórica e metodologicamente por outra corrente de pensamento (Escola de Chicago), conferiu-lhe um estilo diverso daquele desenvolvido nas Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – USP. A esse respeito, Jackson (2007b, p. 40) chama a atenção para o fato de Florestan Fernandes não desprezar a pesquisa empírica sistemática, mas de estabelecer a primazia da teoria, pois, para ele, a discussão teórica permitia definir o campo da disciplina e orientava os caminhos da investigação. Além disso, enfatizava o trabalho em equipe para se chegar a novos parâmetros de produção intelectual ancorado numa perspectiva científica e profissional.

Quanto à sua obra, é notória a ênfase dada à formação e à transformação da sociedade, bem como à estrutura e à organização sociais. Nesse sentido, seus estudos sobre a condição do negro e do mestiço corroboram essa vertente. Para Arruda (1998, p. 179), na medida em que enfrentava o problema da emergência das classes numa sociedade marcada por resquícios da ordem tradicional, o problema da transformação social ganhava um caráter sociológico. Assim, ao retomar o pensamento social brasileiro não o fazia

³ Com a intensificação do processo de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, ocorrido a partir da década de 1960, seguiu-se uma progressiva especialização e a formação de grupos distintos de pesquisa. Não há dúvidas que um dos principais seja aquele formado no interior da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – USP, a chamada “Escola Paulista de Sociologia”. A expressão refere-se a um grupo de sociólogos, discípulos de Florestan Fernandes – dentre os quais Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Maria Sylvia de Carvalho Franco e Marialice Forachi –, que a partir de 1954, com a volta de Roger Bastide à França, assumiu a cadeira de Sociologia I na qual prevalecia uma orientação “científica”. (Jackson, 2007a).

⁴ Esses esforços devem ser tomados conjuntamente à proposta de Florestan Fernandes de conquistar legitimidade acadêmica para as Ciências Sociais. Tratava-se, pois, de demarcar o campo sociológico (Arruda, 1998, p. 181).



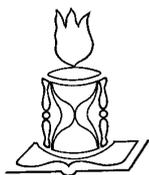
elaborando o conceito de identidade nacional. Diversamente, suas análises remetem-se à perspectiva de que a sociedade brasileira possui identidades diversas.

A questão da cor enquanto dilema racial brasileiro

Cronologicamente, como aponta Lépine (1987), podemos dividir os estudos de Florestan Fernandes sobre as populações negra e mestiça em três fases. Entre 1941 e 1944, dedica-se ao estudo do folclore tentando localizar o preconceito racial por meio de estereótipos que poderiam influenciar o comportamento social dos indivíduos. Num segundo momento, mais precisamente entre 1949 e 1951, a convite de Roger Bastide, que coordenaria uma pesquisa financiada pela UNESCO, a qual procurava confirmar, por meio dos estudos empreendidos no Brasil, uma visão positiva da mestiçagem e, também, a possibilidade de um convívio harmônico entre as diferentes etnias, Florestan Fernandes passou a investigar as relações raciais em São Paulo. Por fim, a terceira fase dos estudos acerca do referido tema localiza-se na década de 1960. Nesse momento, o autor teria aprofundado suas análises apoiando-se, todavia, nos materiais colhidos à época da pesquisa desenvolvida com Roger Bastide que resultou no livro *“A integração do negro na sociedade de classes”* ([1964] 2008), apresentado para o concurso da cadeira de Sociologia I da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – USP. Segundo Arruda, este trabalho

revelou o amadurecimento da reflexão do sociólogo sobre o processo de constituição do Brasil moderno, evidente na posição de franco recuo em relação à sua aposta sobre as possibilidades efetivas de se construir no Brasil os princípios civilizatórios modernos (2010, p. 18).

Florestan Fernandes demonstra quão problemática foi a inserção do negro e do mestiço na então emergente sociedade de classes. Segundo o autor, a velocidade da transformação urbana da sociedade brasileira, sobretudo da cidade de São Paulo, entre o final do século XIX e início do XX, impossibilitou a inserção desses segmentos da população ao novo estilo de vida por não possuírem recursos para enfrentar a nova realidade social (Fernandes, [1964] 2008). Em outros termos, a acomodação conflitante de estruturais sociais arcaicas e modernas que emergiram como desfecho da “débil revolução burguesa” ocorrida no Brasil, a qual marcou a transição do sistema escravista para a ordem social competitiva, não possibilitou a integração dessas populações na nova ordem social



dificultando, inclusive, que encontrassem sua identidade de classe (Fernandes, [1964] 2008).

Publicado pela primeira vez no decênio de 1970, *O Negro no Mundo dos Brancos* ([1972] 2007)⁵ reúne uma série de artigos sobre a questão racial brasileira. Elegendo a cidade de São Paulo como campo para suas pesquisas, Florestan Fernandes traz à tona diversos elementos que contrariavam as expectativas da UNESCO. Apesar de alguns trabalhos ratificarem essa perspectiva, Florestan Fernandes e Roger Bastide demonstraram que ao invés de haver democracia e harmonia raciais havia, antes, indícios de preconceito e discriminação.

A ideia de um suposto convívio harmonioso entre as “raças”, ou mesmo a ideia de que na sociedade brasileira houvesse uma democracia racial pode ser pensada em relação às contribuições de Gilberto Freyre. Como suscitamos no início deste trabalho, o autor de *Casa-grande & Senzala* ([1933] 2003) via com certo otimismo a miscigenação, como algo distintivo da sociedade brasileira. Todavia, Florestan Fernandes e Roger Bastide evidenciaram que a miscigenação somente teria tido tal efeito se não fosse marcada pela estratificação racial. Dito de maneira diversa, suas análises remetem a questão racial e os seus desdobramentos aos problemas estruturais da sociedade brasileira, que por ter resquícios da ordem senhorial e das segmentações inerentes àquela sociedade privilegiava o branco em detrimento dos negros e mestiços. Diversos elementos contribuíam para manter o *status quo* da situação subalterna de negros e mestiços. Nesse sentido, a atitude dos brasileiros diante do preconceito de cor, marcada pela ambiguidade, é esclarecedora:

O que há de mais evidente nas atitudes dos brasileiros diante do “preconceito de cor” é a tendência a considerá-lo algo ultrajante (para quem sofre) e degradante (para quem o pratique). Essa polarização de atitudes parece ser uma consequência do *ethos* católico, e o fato dela se manifestar com maior intensidade no presente se prende à desagregação da ordem tradicionalista, vinculada à escravidão e à dominação senhorial. No passado, escravidão e dominação senhorial eram os dois fatores que minavam a plena vigência dos *mores cristãos*, compelindo os católicos a proclamar uma visão de mundo e da posição do homem dentro dele, e a seguir uma orientação prática totalmente adversa às obrigações ideais do católico (Fernandes, [1972] 2007, p. 41).

⁵ Esta obra apresenta um leque bastante variado das maneiras pelas quais Florestan Fernandes enfrentou a questão racial. Nas quatro partes que compõem o livro, o autor trata do tema sob as perspectivas das possibilidades da mobilidade social dos segmentos negro e mestiço e dos impasses que os impediam de se posicionar de modo mais satisfatório na emergente sociedade de classes, das possibilidades de enfrentamento da condição subalterna daquelas populações e, ainda, de aspectos da religião e do folclore. Dessa maneira, as discussões seguintes terão por base, sobretudo, este livro.



Apesar de repudiar o preconceito devido à valorização do referido *ethos* católico, isso ocorria antes no plano ideal que no plano prático. Havia, pois, mecanismos que asseguravam os ajustamentos inerentes à ordem social da sociedade escravista. Uma vez mais nos deparamos com a constatação de que padrões de comportamento ou mesmo de atitudes de períodos históricos distintos concorreriam para a conformação das atitudes.

Para além desses mecanismos de caráter subjetivo, temos as questões concernentes ao modelo de desenvolvimento empreendido no Brasil com a queda do sistema escravista:⁶ o desenvolvimento experimentado pelo país, que o inseriu na ordem social competitiva, não se processou igualmente por todas as esferas da sociedade. Ele beneficiou os segmentos brancos que ocupavam posições estratégicas nas estruturas de poder político e econômico e, em certa medida, o imigrante europeu, cuja concorrência não apenas desalojou negros e mestiços das posições relativamente vantajosas que ocupavam, como também os impediu de absorverem – de acordo com o padrão tradicional de ajustamento que vigorara na sociedade escravocrata – as oportunidades novas.

Portanto, de uma hora para outra o negro viu-se condenado como agente de trabalho, passando da categoria de agente privilegiado para a de agente refugado, num momento em que ele próprio elevava suas exigências morais e se tornava intransigente (Fernandes [1972] 2007, p. 110).

Ao lado dos problemas estruturais da sociedade brasileira e da concorrência advinda da introdução da mão de obra imigrante, a passagem anterior nos sugere que as populações negra e mestiça tiveram de conviver com o desajustamento de suas atitudes no momento de transição do regime tradicional para o competitivo. Segundo Florestan Fernandes, aquelas populações não contavam com as técnicas sociais que concorreriam para o controle de seus dilemas, bem como para a superação de sua condição de anomia (Fernandes, [1972] 2007). Sem contar, ainda, com a solidariedade dos brancos, ficaram entregues à sua própria sorte.

Os estudos inerentes ao folclore, que apesar de serem enquadrados à primeira fase dos estudos raciais, compõem o livro *O negro no mundo dos brancos* ([1972] 2007), vão ao encontro, ou melhor, antecipam os aspectos do dilema racial brasileiro em suas obras de maior expressão. Já aqui Florestan Fernandes se refere à imbricação de estruturas antigas e modernas, sejam elas no plano ideal ou prático, que estariam na base do preconceito e da

⁶ Conforme sugerimos em alguns momentos, as formulações concernentes à questão racial na obra de Florestan Fernandes devem ser apreendidas em relação à inserção do país na ordem social competitiva na medida em que a estratificação racial convertia-se em estratificação social.



discriminação, inclusive, nas manifestações folclóricas. Em outros termos, a base social do preconceito de cor, presente nas relações entre senhores e escravos na sociedade de castas, teria sido conservada pela tradição ao longo do tempo. Assim, ainda que houvesse preponderância da cultura negra relativamente à indígena e, também, sobre o folclore ibérico, evidenciado pela africanização de elementos da mitologia dessas culturas – ora por meio da substituição completa desses elementos, ora por uma adaptação que conservava o seu tema – ao observarmos a posição ocupada pelo negro vemos que era, sobretudo, apreendido em termos de sua inferioridade social. Apenas fisicamente o negro figurava como superior ao branco. Tratava-se, por um lado, de negar a aptidão ao desenvolvimento de atividades intelectuais e, por outro, de um ajustamento voltado à execução de trabalhos pesados (Fernandes, [1972] 2007).

Considerações Finais

Neste trabalho, procuramos elucidar alguns aspectos da sociologia de Florestan Fernandes, bem como suas contribuições aos estudos raciais. Com o propósito de estabelecer as diferenças de sua produção, marcada pelo rigor científico, em relação àquelas que foram produzidas pelos chamados “interpretes do Brasil”, expusemos brevemente as contribuições de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior. Se do ponto de vista formal afastava-se destes, da perspectiva temática os retomava, pois todos eles estavam, guardadas as especificidades de cada um, preocupados com a formação da sociedade brasileira. Nesse sentido, caso quiséssemos estabelecer algum diálogo entre esses autores, sobretudo acerca da questão racial, talvez pudéssemos aproximar as perspectivas de Florestan Fernandes e Caio Prado Júnior na medida em que ambos evidenciaram a condição subalterna do negro. Opunham-se, portanto, à visão otimista partilhada por Gilberto Freyre, que reconhecia a influência dos negros e também dos índios para a formação da sociedade brasileira.

Quanto aos estudos raciais, vimos que Florestan Fernandes os apreende enquanto “dilema racial brasileiro”. Com essa atitude, nega a existência de uma suposta democracia racial, bem como o convívio harmonioso entre os segmentos étnicos da população brasileira. Mais sugestivo, no entanto, é o fato de suas análises acerca dos dilemas da população de cor terem de ser lidas na chave da formação e da transformação da sociedade brasileira ou, em outros termos, da inserção do país na ordem competitiva na medida em que a estratificação racial convertia-se em estratificação social.



Bibliografia

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e Paz*. São Paulo: Editora 34, 1994.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Trajetória Singular: o acadêmico Florestan Fernandes. In MARTINEZ, Paulo Henrique (Org.). *Florestan ou o sentido das coisas*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998, p. 177-187.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Pensamento brasileiro e sociologia da cultura: questões de interpretação. *Tempo Social*, São Paulo, vol. 16, nº 1, p. 107-118, Jun 2004.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. A sociologia de Florestan Fernandes. *Tempo Social*, São Paulo, vol. 22, nº 1, p. 9-27, Jun 2010.

BASTOS, Élide Rugai. A questão racial e a revolução burguesa. In D'INCÃO, Maria Angela (Org.). *O Saber Militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. São Paulo: UNESP, 1987, p. 140-150.

BOTELHO, André. Passado e Futuro das interpretações do Brasil. *Tempo Social*, São Paulo, vol. 22, nº 1, p.47-66, Jun 2010.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. São Paulo: Ed. Nacional, [1976] 1980.

CANDIDO, Antonio. O Significado de Raízes do Brasil. In HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

CARDOSO, Fernando Henrique. Livros que inventaram o Brasil. *Novos Estudos Cebrap*, nº 37, São Paulo, Nov 1993.

COHN, Gabriel. O ecletismo bem temperado. In D'INCÃO, Maria Angela (Org.). *O Saber Militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. São Paulo: UNESP, 1987, p. 48-53.



FERNANDES, Florestan. *O Negro no mundo dos Brancos*. 2ª edição. São Paulo: Global Editora, [1972] 2007.

FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (2. Vol). São Paulo: Globo, [1964] 2008.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala*. São Paulo: Global, [1933] 2003.

FREITAG, Barbara. Florestan Fernandes: revisitado. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 19, nº 55, p. 229-243, Dez 2005.

GARCIA, Sylvia Gemignani. Folclore e sociologia em Florestan Fernandes. *Tempo Social*, São Paulo, vol. 13, nº 2, p. 143-167, Nov 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, [1936] 1994.

IANNI, Octávio. Estilos de pensamento. In RUGAI BASTOS, Élide e QUARTIM DE MORAES, João (Orgs.). *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Ed. Unicamp, 1993.

IANNI, Octávio. *A idéia de Brasil Moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

IANNI, Octávio. A Sociologia de Florestan Fernandes. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 10, nº 26, p. 25-33, Abr 1996.

JACKSON, Luiz Carlos. Gerações pioneiras na sociologia paulista (1934-1969). *Tempo Social*, São Paulo, vol. 19, nº 1, p. 115-130, Jun 2007a.

JACKSON, Luiz Carlos. Tensões e disputas na sociologia paulista (1940-1970). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 22, nº 65, p.33-49, Out 2007b.

LÉPINE, Claude. A imagem do negro Brasileiro. In D'INCÃO, Maria Angela (Org.). *O Saber Militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987, p. 129-139.



Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - FFLCH
Departamento de Sociologia
Laboratório Didático - USP ensina Sociologia

PIVA, Luiz Guilherme. *Ladrilhões e Semeadores*. São Paulo: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo; Editora 34, 2000.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, [1942] 1996.